

# ICMBio

Edição 614 – Ano 14 – 4 de março de 2022

*em foco*

## Parque Nacional do Pico da Neblina pronto para reabertura

Programa Monitora ganha nova normativa

Pesquisa no Parna Amazônia traz registros inéditos em ecossistemas aquáticos no Pará



## Parque Nacional do Pico da Neblina pronto para reabertura

Localizado em plena floresta Amazônica e em território Yanomami, o Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil – coleciona atrativos turísticos. Alguns deles são a exuberância e mudança da vegetação de acordo com a altitude, os desafios impostos por sua grandiosidade e pela subida em meio à selva. Mas há uma característica no trajeto que torna essa experiência única: os turistas que subirem o pico serão recepcionados pelos Teri kēpē – a palavra Yanomami que significa anfitriões ou pessoas que recebem o visitante que vem de fora. Os próprios Yanomami guiarão os turistas na subida ao Yaripo, Serra dos Ventos, como os indígenas dessa etnia chamam o pico. Por isso, alguns se autodenominam os anfitriões e anfitriãs do Yaripo.

E a reabertura ao turismo do Parque Nacional do Pico da Neblina, cuja gestão é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já tem nova data, após adiamento devido à pandemia da Covid-19: as visitas devem começar em 20 a 29 de março, seguindo os protocolos sanitários. O ponto mais alto do país está na Serra do Imeri, em área de sobreposição do território indígena Yanomami.

A data para que a retomada das atividades turísticas foi definida em outubro, durante reunião realizada na comunidade de Maturacá com a participação de lideranças e representantes da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca); da Associação das Mulheres Yanomami – Kumirayoma; moradores de comunidades indígenas no território Yanomami no Amazonas; do coordenador do projeto Yaripo, Celso Lopes Góes; do ICMBio, por meio da gestora do Parque Nacional Pico da Neblina/ICMBio, Luciana Uehara; do representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), Túlio

Binotti; do coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), Marcos Wesley; da assessora de turismo do ISA, Lana Rosa; da técnica em turismo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Tiffany Máximo; e das operadoras de turismo por meio da diretora da Amazon Emotions, Vanessa Marino, e do proprietário da Ambiental Viagens, Israel Henrique Waligora.

Gestora do Parque Nacional Pico da Neblina/ICMBio, a bióloga Luciana Uehara explica que a reabertura ao turismo é aguardada por todos os envolvidos – indígenas, agentes públicos, parceiros e turistas -, mas deve ocorrer seguindo todos os protocolos de segurança para evitar os riscos ligados à pandemia da Covid-19 e proteger tanto os indígenas com os turistas. Esses protocolos ainda estão sendo discutidos.

Ela explica que entre as medidas já definidas pelos órgãos de saúde que atuam na região para quem entra em território indígena estão a exigência das duas doses de vacina contra a Covid-19 e a realização de testagem por meio do exame RT-PCR até 72 horas antes. Dessa forma, as normas de segurança para a visitação também devem seguir tais normas. No território Yanomami, no Amazonas e em Roraima, ocorreram, até 5 de novembro deste ano, 2.088 casos de Covid-19 e 22 óbitos, conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Presidente da Ayrca e liderança Yanomami, José Mário Pereira Góes, que vive em Maturacá, informa que os indígenas anseiam pela retomada da atividade turística. “É de grande importância a reabertura do Parque Nacional Pico da Neblina. Nós Yanomami temos o Projeto Yaripo, então a reabertura para a gente receber os turistas é muito importante para todos nós. É um projeto de autossustentabilidade. Lideranças tradicionais, professores e o povo sentem um anseio muito grande pela reabertura”, disse.

Ele reforça ainda a importância dos protocolos sanitários devido à pandemia. “Nós Yanomami queremos que os visitantes venham todos vacinados para que tenhamos segurança aqui no



Luciana Uehara

território. Queremos a fiscalização das pessoas que vierem visitar o Yaripo para não termos problemas”, informou.

Para os Yanomami, o Yaripo é um local sagrado, para onde vão as almas de grandes lideranças após a morte.

O Plano de Visitação Yaripo – Ecoturismo Yanomami foi aprovado pelo ICMBio em 2019 e, logo em seguida, pela Funai. A elaboração do documento contou com ampla participação dos Yanomami da região de Maturacá em um processo desenvolvido durante aproximadamente sete anos em parceria com o próprio ICMBio, Funai, ISA, Secretaria de Turismo de São Gabriel da Cachoeira, Exército e outros parceiros.

Entre os tópicos desenvolvidos nesse processo estão ordenamento da visitação com troca de saberes entre os envolvidos, capacitação dos indígenas, monitoramento socioambiental, manejo de trilhas, plano de visitação, entre outros.

O projeto é de turismo de base comunitária e busca o protagonismo dos indígenas da etnia Yanomami, tendo como objetivo fortalecer

Mulheres indígenas devem ser beneficiadas com a venda de artesanato

a cultura e o modo de vida tradicional, proporcionar inclusão de gênero e geracional, benefícios através de fundo comunitário, entre outros. Atendendo demanda das comunidades, nesse primeiro momento as operadoras credenciadas apoiarão a atividade de visitação, com o acompanhamento dos órgãos públicos. O objetivo é que os próprios Yanomami assumam todo o processo com o passar do tempo. Devido à pandemia, o prazo de credenciamento das operadoras foi ampliado por um ano e agora vai até 2024.

Outro ponto é que a visitação se apresenta como alternativa de geração de renda para os Yanomami. Estima-se que 80 Yanomami terão renda, beneficiando diretamente 800 pessoas (parentes e afins), e o lucro da atividade turística será revertido para uso comunitário. Sob o aspecto da proteção territorial, o ecoturismo se apresenta como alternativa ao garimpo de ouro atualmente em vigor na região, praticado tanto por invasores quanto pelos próprios indígenas. A comercialização de artesanato aos visitantes também está prevista no projeto como forma de fortalecer a participação das mulheres.





Realização de oficina na Resex Batoque

Rodrigo Mello

## Coman usa tecnologia para promover oficinas participativas de plano de manejo

O Plano de Manejo é um dos documentos mais importantes da unidade de conservação. Por meio dele, se tem um panorama das atividades da UC, bem como o seu zoneamento, marcando, por exemplo, o que é permitido ou não e onde determinada atividade pode ser desempenhada sem trazer prejuízo para o maior objetivo de uma área protegida: preservação.

Uma das etapas para a elaboração e/ou revisão de um plano de manejo é a oficina participativa. Por meio dela, diversos atores sociais

constroem colaborativamente os componentes fundamentais, dinâmicos e normativos desta ferramenta essencial para a garantia de efetividade de uma UC. Porém, como atualmente estamos sob medidas de restrições para encontros presenciais, a Coordenação de Elaboração de Planos de Manejo (Coman) buscou, na expertise acumulada com reuniões e cursos virtuais para uma experiência piloto: realizar a primeira Oficina Virtual de Plano de Manejo. A unidade escolhida para apresentar a novidade foi a Floresta Nacional de Palmares, localizada na Caatinga piauiense.

A oficina foi realizada durante 8 sessões de videoconferências que ocorreram entre maio e junho de 2021. O perfil dos participantes foi um aspecto que facilitou o processo pois, em sua maioria, eram professores e pesquisadores com bom acesso à internet e experiência em uso de aplicativos para esse fim. Durante as sessões foram construídos os elementos que compõem

um plano de manejo, utilizando metodologias de trabalhos em grupo e em plenária. Ferramentas digitais foram utilizadas para a captação de ideias, avaliações e consultas, compartilhamento de documentos e disponibilização do “Painel da Oficina”, onde os participantes puderam acompanhar o passo a passo da construção de todos os elementos do Plano de Manejo.

Os resultados surpreenderam a todos os participantes, assim como à equipe de facilitação da COMAN. Esta, por sua vez, avaliou a experiência como bastante positiva e já considera a possibilidade de a metodologia ser utilizada em outros processos de planos de manejo, desde que as condições do plano de trabalho viabilizem essa realização.

A partir desta experiência, foi então realizada a Oficina de Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, entre os meses de agosto e outubro, através de 12 encontros virtuais. O formato à distância flexibilizou a adequação das

agendas de todos os atores envolvidos, o que foi importante na construção do trabalho. Nesse processo ocorreu a necessidade de aprofundamento em questões de extrema relevância, que deram base à uma série de vistorias de campo para conferência da proposta de zoneamento. Essa ação permitiu um melhor entendimento das situações não identificadas nas análises prévias e que, tão somente, se evidenciaram ao decorrer da oficina.

Mediante a flexibilização das medidas sanitárias de prevenção à COVID-19, quase ao final do segundo semestre, as Oficinas retomaram seu caráter presencial. Ambas contaram com autorização expressa do presidente do ICMBio e seguiram os protocolos sanitários recomendados pelo Ministério da Saúde e pelos Governos Estaduais.

A Oficina de Elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, foi realizada no mês de novembro, em Maceió (AL). Com 24 participantes o evento contou com o apoio do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar e conseguiu alcançar seus objetivos diante das imposições pandêmicas.

Ainda no mês de novembro foi realizada, no município de Aquiraz (CE), a oficina do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Batoque. Entre as 30 pessoas participantes do evento estavam representantes dos beneficiários da Resex, da Terra Indígena vizinha, de associações comunitárias, de organizações não governamentais, de instituições de ensino e pesquisa, dos governos municipal e estadual, além de instituições federais, como o INCRA.

Apesar das dificuldades, a avaliação da Coman foi a de que o ano de 2021 encerrou com um resultado positivo frente às novas adequações. Dentre as lições aprendidas, a equipe destaca o próprio aprendizado, a motivação para manter as equipes focadas, e a continuidade do processo de planejamento das nossas unidades de conservação.





Monitor da biodiversidade em missão no Parque Nacional do Tumucumaque

## Programa Monitora ganha nova normativa

Desde 2011, o ICMBio instituiu o Programa Monitora, uma iniciativa que busca realizar o monitoramento da biodiversidade de maneira participativa e coletiva, integrando os saberes acadêmicos e tradicionais. O Monitora foi um aprimoramento do já existente monitoramento, processo implementado com a criação do Instituto.

Uma década mais maduro, o Monitora passa por mais uma alteração. Agora, o Monitora é regido pela Instrução Normativa nº 2/2022, que reformulou conceitos, princípios, finalidades, instrumentos e procedimentos para implementar o Programa Monitora.

Dentre as diversas novidades, está a exclusão de conceitos como alvos locais, alvos regionais, regionalização e caixas de ferramentas. Outros, como o conceito de “provedor de dados” foram especificados para melhor elucidação. E alguns foram adicionados à nova normativa, como a validação de dados, estação amostral, ponto focal do Monitora, SIS-Monitora e Material biológico.

Agora, os protocolos básicos poderão ter seu esforço amostral incrementado para subsidiar a avaliação de perguntas específicas de interesse gerencial e a nova normativa vai buscar garantir que os protocolos locais de monitoramento de um alvo complementar sejam adaptados quando forem pertinentes, assim consolidando um protocolo regional ou nacional comum.

A IN 2/2022 também traz a estrutura do Programa Monitora, que é composto pelos subprogramas Terrestre, Aquático Continental e Marinho e Costeiro. Cada subprograma possui seus componentes. Os componentes Florestal, Campestre e Savânico pertencem ao subprograma Terrestre; Igarapé/Riacho e Área alagável ao subprograma Aquático Continental; e Manguezal, ambiente recifal, Ilha, Praia, Margem Continental e Bacia Oceânica, ao subprograma Marinho e Costeiro.

Outro ponto de destaque é o estabelecimento de fluxos para as etapas de adesão ao Programa; Implementação de Protocolos de Monitoramento; Elaboração e Divulgação de produtos e resultados, que devem dirimir as principais dúvidas e dar agilidade ao processo.

## Pesquisa no Parna Amazônia traz registros inéditos em ecossistemas aquáticos no Pará

Criado em 1974 às margens do Rio Tapajós, o Parque Nacional da Amazônia, no Pará, foi concebido à época da ocupação amazônica e da Transpantaneira. Hoje, o Parque é um importante ponto de conservação na região, abrigando relevantes ecossistemas amazônicos. Apesar de sua abrangência territorial, tempo de criação e importância conservacionista, poucos estudos científicos voltados para a biodiversidade até então foram desenvolvidos dentro do parque, sendo registrados apenas inventários de alguns grupos como plantas, borboletas e mamíferos.

Um dos ecossistemas pouco estudados até então é o aquático. Devido a seu relevo ondulado, o Parque abriga várias nascentes o que torna a avaliação de qualidade nos igarapés, lagos e rios prioritária para a gestão do Parque. Pensando nisso, uma expedição que mobilizou pesquisadores das Universidades Federais do Pará (UFPA) e do Oeste do Pará (Ufopa) e do ICMBio percorreu a unidade durante vinte dias para coletar dados e inventariar a biodiversidade aquática que o Parque protege.

Os pesquisadores usaram um protocolo de integridade física e avaliaram informações estruturais dos igarapés, como largura, profundidade, vazão, tipo de substrato e características da vegetação que fica ao redor, como as matas ciliares. Também foram mensurados, por meio de sonda multiparâmetro Horiba, as seguintes variáveis físico-químicas da água: oxigênio dissolvido (mg/L), pH, turbidez (NTU), temperatura (°C), total de sólidos dissolvidos e condutividade elétrica (mS/cm).

Em relação à flora e fauna, os estudiosos coletaram informações de peixes, insetos aquáticos e algas e macrófitas, que são as grandes plantas aquáticas que podem ser vistas a olho nu. Todos esses alvos são considerados bioindicadores ambientais, ou seja, seu estado permite avaliar se as águas do Parque Nacional da Amazônia são bons habitats ou não.

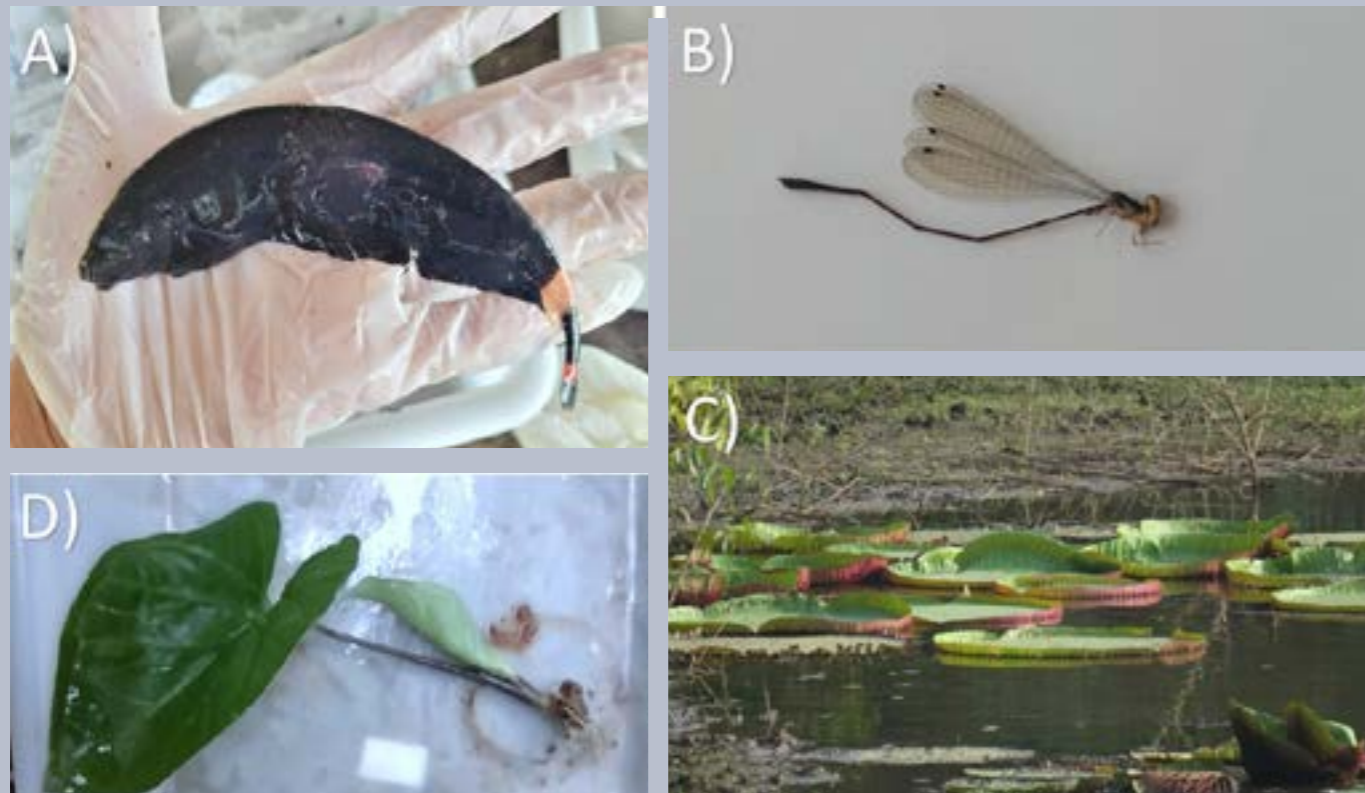
Algumas análises preliminares já revelam achados curiosos. Um deles pode ser a provável descoberta de uma nova espécie de peixe do gênero *Apteronotus*, conhecido como ituí

Parna Amazônia

Ramilla Rodrigues







Espécies encontradas durante a expedição como uma possível nova espécie do gênero *Apteronotus*; a *Phasmoneura janirae*, até então encontrada somente no MT; a vitória-régia e a *Scaphispatha gracilis*, que ainda não havia sido registrada para a Amazônia paraense

cavalos, peixe conhecido por sua beleza exótica. Outro registro interessante é a captura de espécies raras ou nunca observadas no estado do Pará, como é o caso da jacinta (*Phasmoneura janirae*) que habita igarapés preservados e até então restritos ao Estado do Mato Grosso.

Em relação às plantas, os pesquisadores não só acharam aquela que deve ser a macrófita mais conhecida do País, a vitória-régia (*Victoria amazonica*), mas como também encontraram *Scaphispatha gracilis*, uma planta aquática que ainda não havia sido encontrada no Pará. De acordo com o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), foram registradas 27 ocorrências distribuídas em quatro estados: Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Goiás.

Já quando falamos em qualidade de água, o estudo encontrou bons índices. “Os valores de condutividade elétrica, turbidez e total de sólidos dissolvidos foram bem menores em igarapés localizados dentro do parque, indicando uma

baixa presença de impurezas nessas águas”, destacam os pesquisadores.

Toda essa informação gerará dados fundamentais para o Monitoramento Aquático sobre o Parna, possibilitando a comparação com as demais unidades de conservação federais em que estão sendo realizados esses monitoramentos. Além do mais, os dados fornecidos através desta expedição subsidiarão diversas pesquisas.



Pesquisadores no Parna da Amazônia relatam descobertas inéditas para o estado

Acervo do estudo

## Serra da Canastra compartilha experiências de prevenção e combate a incêndios com instituições mineiras e paulistas

O Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, não é apenas conhecido por ser um dos lares do ameaçado pato-mergulhão e por abrigar a nascente do famoso Rio São Francisco. Nos últimos anos, o parque mineiro também tem se tornado um importante ponto de desenvolvimento do manejo integrado do fogo, a principal estratégia do ICMBio para prevenir e combater incêndios.

Por esta razão, no mês de fevereiro, a equipe do Parque recebeu duas comitivas. Nos dias 16 e 18, a Comitiva Corta Fogo, composta por bombeiros militares, polícia ambiental, Fundação Florestal e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo estiveram no Parque para um treinamento de três dias para conhecer melhor a queima prescrita, uma das técnicas usadas no Manejo Integrado do Fogo e assim começar o processo no estado.

Já entre os dias 21 e 23, foi a vez de receber representantes do estado de Minas Gerais: do Instituto Estadual de Florestas (IEF); Força Tarefa

Previncêndio, que reúne órgãos do estado para combater a incêndios; Brigada 1, uma brigada voluntária de Minas Gerais e da Safemed, uma empresa que contrata brigadistas pela Vale para apoio de operações de incêndio em Minas Gerais. Esta comitiva também buscou entender, na teoria e na prática, como o Parna da Serra da Canastra tem alcançado resultados tão expressivos nos últimos anos, assim como os desafios que foram encontrados.

“Com isso, fortalecemos parcerias que já existem, já que o ICMBio é uma das instituições que participam da iniciativa, e a gente inicia novas parcerias, como é o caso do estado de São Paulo, onde vamos estar presentes nas primeiras queimas que eles fizerem”, comentou a analista ambiental e gerente do fogo da UC, Bianca Zorzi. Segundo Bianca, um passo importante será a adaptação das ferramentas de manejo integrado do fogo para a realidade das unidades de conservação de São Paulo, que possui várias UCs perto de centros urbanos.

Servidores avaliam o resultado de um exercício de queima prescrita

Acervo Parna Canastra







## Confiança e Serviço

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a promoção da ética incorporou novos conceitos, com vistas a afastar o ceticismo, desconfiança e insatisfação da sociedade, tanto com relação a imperfeições institucionais, quanto às suspeitas da prática de desvios éticos na Administração Pública. Nesse contexto, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal buscou resgatar a confiança na administração pública e nos agentes públicos.

As orientações do Código apresentaram um conjunto de condutas esperados dos agentes públicos. E destacou que, para os servidores públicos, o cuidado com os valores éticos na vida pessoal também é de suma importância, visto que sua conduta no dia a dia “pode crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional”.

Além disso, o Código de Ética consolidou a necessidade da profissionalização do serviço público, enraizando a premissa de que todo agente público é um profissional em formação, ou seja,

alguém que deve aspirar ao aprimoramento profissional contínuo.

A elevação da ética pública a princípio constitucional contribuiu para que hoje o servidor público seja conhecido como agente de transformação social pois, empenhado em sua missão, sabe que seu trabalho contribui para o bem-estar de toda a sociedade – da qual faz parte.

Há ainda grandes desafios para o serviço público – alguns deles são institucionais e estão fora do campo de ação dos servidores. Mas, tendo como alvo o bem comum, é possível encontrar motivação para perseverar na missão de servir. Com isso, o prestígio e a confiança da sociedade no serviço público passam a ser uma consequência natural da conduta ética dos servidores públicos.

Em caso de dúvidas sobre como agir em alguma situação ou incerteza sobre determinada conduta, entre em contato com a Comissão de Ética. Também estamos aqui para servir.



## DCOM disponibiliza Formulário de Solicitação de Lives

A Divisão de Comunicação disponibilizou, em sua página na Rede ICMBio, o Formulário para Solicitação de Lives. [Clique aqui para preencher.](#)

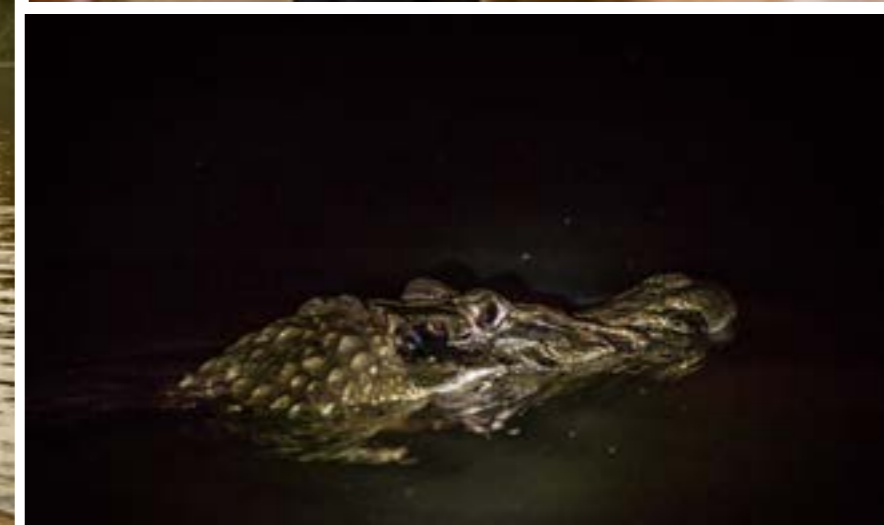
As chamadas lives são eventos virtuais transmitidos por áudio e vídeo pela Internet e ficaram populares devido ao uso cada vez maior de plataformas de transmissão durante a pandemia de Covid-19.

As lives possuem diversas finalidades: de apresentações musicais e teatrais a aulas e apresentações acadêmicas, são cada vez mais utilizadas por serem uma forma de comunicação simples, barata e relativamente acessível a diversos públicos.

As transmissões serão feitas pela plataforma Teams e são de responsabilidade do setor demandante. A Divisão de Comunicação será responsável por gerar o link, divulgar a live para todos os usuários escolhidos pelo demandante; produzir banner para a Rede ICMBio e gravar e disponibilizar o evento para o interessado.



# Resex Médio Juruá (AM)







## **ICMBio em Foco**

Revista eletrônica

### **Edição**

Ramilla Rodrigues

### **Projeto Gráfico**

DCOM

### **Diagramação**

Marília Ferreira

### **Chefe Subtituta da Divisão de Comunicação**

Ramilla Rodrigues

### **Foto da Capa**

Acervo Parna Pico da Neblina

### **Colaboraram nesta edição**

Ana Amélia Gontijo – Parna Pico da Neblina; Darlison Fernandes – Comob; Keila Rego – CGPEQ; Karla Valle – Coman; Lívia Haubert – UNA; Luciana Uehara – Parna do Pico da Neblina; Mateus Sonego - Comissão de Ética.

### **Divisão de Comunicação – DCOM**

#### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

[comunicacao@icmbio.gov.br](mailto:comunicacao@icmbio.gov.br) | [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL